

PEFISA S.A.
CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
CNPJ 43.180.355/0001-12

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA DIRETORIA	2
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	11
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021	12

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras de PEFISA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, com o relatório dos Auditores Independentes.

São Paulo, 17 de agosto de 2021.

A Diretoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas da
PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PEFISA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia

Contadora CRC 1SP198502/O-8

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	06/2021	12/2020
Disponibilidades	4	14.613	86.312
Instrumentos Financeiros		3.199.419	3.469.550
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4 E 5	428.615	595.387
Títulos e Valores Mobiliários	6	232.363	176.192
Operações de Créditos	8	2.272.743	2.448.206
Outros Instrumentos Financeiros	10	265.698	249.765
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(549.911)	(372.074)
Créditos Tributários	11	297.958	276.493
Outros Ativos		8.513	7.084
Investimento em participação em Controlada		-	151
Imobilizado de uso	12	162.241	141.954
(-) Depreciações e amortizações	12	(69.542)	(58.572)
Total do ativo		3.063.291	3.550.898

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	06/2021	12/2020
Depósitos e demais Instrumentos financeiros passivos		907.593	1.010.573
Instituições financeiras	13	889.028	993.499
Outros clientes	13	18.565	17.074
Provisões		455.417	451.471
Contingencias	14	455.417	451.471
Outros Passivos	15	1.102.379	1.450.072
Patrimônio Líquido		597.902	638.782
Capital social	16	298.000	298.000
Reservas	16	299.902	340.782
Total do passivo		3.063.291	3.550.898

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestre findo em 30 de junho de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	06/2021	06/2020
Receitas da intermediação financeira		360.207	492.592
Operações de crédito	8 (D)	350.974	483.155
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	9.233	9.437
Despesas da intermediação financeira		(21.504)	(19.119)
Operações de captação no mercado	13	(21.504)	(19.119)
Resultado bruto da intermediação financeira		338.703	473.473
Provisão para perdas		(316.823)	(398.553)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(316.823)	(398.553)
Outras receitas (despesas) operacionais		(44.798)	(61.384)
Receitas de prestação de serviços	17	142.671	120.486
Resultado de participações em controladas		(171)	39
Despesas de pessoal		(20.488)	(19.598)
Outras despesas administrativas	18	(66.120)	(115.221)
Despesas tributárias		(29.848)	(32.633)
Outras receitas/despesas operacionais	19	(70.842)	(14.457)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(22.918)	13.536
Imposto de renda e contribuição social	11 (D)	22.038	(5.781)
Ajustes no exercício corrente		573	-
Provisão para imposto de renda		-	(3.776)
Provisão para contribuição social		-	(2.028)
Ativo fiscal diferido		21.465	23
(Prejuízo)/lucro líquido do semestre		(880)	7.755
(Prejuízo)/lucro líquido por lote de mil ações - r\$		(0,003)	0,03

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Semestre findo em 30 de junho de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais)

	<u>06/2021</u>	<u>06/2020</u>
Resultado líquido do semestre	(880)	7.755
Outros resultados abrangentes do semestre	-	-
Resultado abrangente do semestre	<u>(880)</u>	<u>7.755</u>

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestre findo em 30 de junho de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>Reserva de lucros</u>				Total
		Capital realizado	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	16	298.000	59.600	290.186	-	647.786
Lucro líquido		-	-	-	7.755	7.755
Destinação do lucro líquido:						
Dividendos mínimos obrigatórios	16	-	-	-	(1.938)	(1.938)
Saldos em 30 de junho de 2020		298.000	59.600	290.186	5.817	653.603
Mutações no período		-	-	-	5.817	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		298.000	59.600	281.182	-	638.782
Distribuição de dividendos	16	-	-	(40.000)	-	(40.000)
Prejuízo		-	-	-	(880)	(880)
Saldos em 30 de junho de 2021		298.000	59.600	241.182	(880)	597.902
Mutações do período		-	-	(40.000)	(880)	(40.880)

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Semestre findo em 30 de junho de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais)

	06/2021	06/2020
Lucro líquido ajustado do semestre	167.363	31.318
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(22.918)	15.137
Depreciações / amortizações	10.970	9.093
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	177.837	2.082
Provisões	1.474	5.006
Varição em ativos operacionais - (aumento) / diminuição	295.967	208.035
Instrumentos financeiros	326.792	163.347
Outros ativos	(30.825)	44.688
Varição em passivos operacionais - aumento / (diminuição)	(331.046)	(663.307)
Outros passivos	(311.533)	(657.231)
Impostos sobre lucro	(19.513)	(6.076)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	132.284	(423.954)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(20.275)	(9.608)
Aquisição de imobilizado de uso	(20.275)	(9.608)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(142.980)	435.512
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	(102.980)	454.359
Dividendos pagos	(40.000)	(18.847)
Aumento/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(30.971)	1.950
Modificações na posição financeira		
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	164.202	143.682
No fim do período	133.231	145.632
Aumento/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(30.971)	1.950

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Financiadora”) tem por objetivo a realização de financiamentos para aquisição de bens e serviços e para capital de giro, podendo praticar todas as atividades legalmente admitidas e não vedadas para as sociedades de crédito, financiamento e investimento. A Financiadora é emissora e administra cartões de crédito e contas de pagamento, podendo ainda praticar as atividades a estas afins e os demais procedimentos necessários para a sua colocação no mercado, na forma da legislação em vigor, sendo participante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) e demais disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, dos dispositivos contábeis introduzidos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências, nos estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

a. Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular BACEN nº 3.959/2019, posteriormente consolidadas na resolução BCB nº 2/2020, foram incluídas nas demonstrações financeiras da PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). Desta forma, a Financiadora realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020, atendendo aos requerimentos das respectivas normas, onde destacamos que as principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial apresentadas por ordem de liquidez e

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exigibilidade (conforme artigo 23º da Resolução BCB nº 2/200, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário); os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 17 de agosto de 2021.

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 e CPC 03 são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, com prazo igual ou inferior a 90 dias, entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da Financiadora são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras de curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial, conforme a Circular nº 3.068 do Banco Central do Brasil, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria "Títulos para negociação".

Os títulos classificados para negociação são apresentados e avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, sendo que as variações são reconhecidas no resultado do período.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Financiadora não possuía títulos classificados como disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento.

(e) Operações de crédito, títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas, de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H", permanecem nessa classificação pelo período de seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Financiadora é composta por provisão específica calculada segundo requisitos mínimos da Resolução nº 2.682 de 21/12/1999 do CMN e de provisão adicional mensurada a partir do julgamento e experiência da Administração em relação a perdas futuras, conforme demonstrado na Nota 9.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(f) Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

(g) Imobilizado

São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. A Financiadora adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas, conforme descrito na Nota 3 (h). A Financiadora efetua, periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

(h) Intangível

As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Financiadora, são reconhecidos como ativos intangíveis, quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para utilizar o *software*;
- Os gastos atribuíveis ao *software* durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares*.

Gastos de desenvolvimento que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda foi constituída pela alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro. A contribuição social foi calculada pela alíquota de 15%.

(j) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional, que determinam que a Financiadora deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, às seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

É constituído crédito tributário de imposto de renda (25%) e contribuição social (15%), calculado sobre as diferenças temporais, representadas pelo montante das despesas apropriadas e ainda não dedutíveis para fins do referido imposto e contribuição. O total dos créditos tributários está

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

registrado na rubrica "Outros créditos - diversos" no grupo dos ativos circulante e realizável a longo prazo.

A Lei nº 14.183 de 14 de julho de 2021 alterou a Lei nº 7.689 de 15/12/1988 e a Lei Complementar nº 105 de 10/01/2001 em seu artigo 1º inciso VII majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15% para 20% para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 retornando a 15% a partir de 1º de janeiro de 2022. A majoração vai afetar a Contribuição Social corrente no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 e afetou o estoque de crédito tributário que se realizará neste período.

(k) Captações em recursos de aceites cambiais

As captações em recursos de aceites cambiais são registradas pelo valor recebido, acrescidas pelos encargos pactuados e apropriados em cada período mensal.

(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões e contingências passivas – provisões são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, onde estão sendo contestadas, a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(m) Provisão para recuperação de ativos (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

(n) Outros ativos e outros passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base pro rata dia).

(o) Resultado recorrente / não recorrente

As políticas internas da PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados as sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira”. Além disto, a Administração da Financiadora considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes.

Atendendo a Resolução BCB nº 2/2020, os resultados não recorrentes estão apresentados na Nota 22.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalente de caixa

	<u>06/2021</u>	<u>12/2020</u>
<u>Disponibilidades</u>		
Moeda nacional	14.189	85.512
Moeda estrangeira	424	800
	<u>14.613</u>	<u>86.312</u>
 <u>Aplicações em depósitos interfinanceiros</u>		
Vencimento até 30 dias	118.618	77.890
	<u>133.231</u>	<u>164.202</u>

As receitas decorrentes das aplicações interfinanceiras são apresentadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários (vide Nota explicativa 6).

5. Aplicações interfinanceiras

	<u>06/2021</u>	<u>12/2020</u>
<u>Aplicações em operações compromissadas</u>		
Vencimento até 365 dias	309.997	517.497
	<u>309.997</u>	<u>517.497</u>

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez e operações compromissadas, no semestre findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 6.493 (06/2020 - R\$ 6.482), com rendimento médio anual de 100,48% a.a. (06/2020 - 100,11% a.a.) do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“CDI”).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado com aplicações interfinanceiras está registrado na rubrica “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” na Demonstração de Resultado.

A composição das aplicações financeiras de liquidez registradas no Balanço Patrimonial, está representada por aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 4) e aplicações em operações compromissadas.

6. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários foi classificada na categoria "Mantidos até o vencimento". De acordo com a categoria estabelecida na regulamentação vigente, estavam assim compostas:

	Valor de custo em 06/2021	Valor de mercado em 06/2021	Valor de mercado em 12/2020
<u>Títulos públicos</u>			
<u>Carteira própria</u>			
Títulos em renda fixa	46.804	46.856	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	185.336	185.507	176.192
	<u>232.140</u>	<u>232.363</u>	<u>176.192</u>
Circulante		159.508	176.192
Não Circulante		72.855	-

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima). Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). O resultado no semestre findo em 30 de junho de 2021, foi de R\$ 2.669 (06/2020 – R\$ 2.801). O resultado com títulos e valores mobiliários está registrado na rubrica “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” na Demonstração de Resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****Resultado de operações com títulos e valores mobiliários**

	06/2021	06/2020
Aplicações interfinanceiras de liquidez (vide notas 4 e 5)	6.493	6.482
Títulos públicos	2.669	2.801
Outros	71	154
Total	9.233	9.437

7. Instrumentos financeiros derivativos

A Financiadora pode se utilizar de instrumentos financeiros derivativos para atender às suas necessidades próprias, de reduzir a exposição a riscos de mercado e de taxas de juros. Durante os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Financiadora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Operações de crédito

As informações da carteira, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro 2020, são assim sumarizadas:

(a) A composição da carteira de operações de crédito e títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito, por modalidade de operação, está assim representada:

	06/2021	12/2020
Direitos creditórios descontados	52.022	30.872
Operações de crédito	1.128.641	1.032.279
Total de operações de crédito	<u>1.180.663</u>	<u>1.063.151</u>
Títulos e créditos a receber (*)	1.092.080	1.385.055
Total de títulos e créditos a receber	<u>1.092.080</u>	<u>1.385.055</u>
Total da carteira	<u><u>2.272.743</u></u>	<u><u>2.448.206</u></u>
Circulante	2.231.102	2.389.434
Não Circulante	<u>41.641</u>	<u>58.772</u>

(*) Operações com cartão de crédito *private label* e bandeirado.

No semestre findo em 30 de junho de 2021, o saldo de valores renegociados com clientes é de R\$ 386.782 (06/2020 - R\$ 260.724).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) O vencimento da carteira de operações de crédito apresenta o seguinte perfil:

Prazo	06/2021				12/2020			
	A vencer		Vencidos		A vencer		Vencidos	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 30 dias	726.096	44,68	64.389	9,94	902.424	45,27	55.886	12,29
De 31 a 60 dias	269.548	16,59	32.452	5,01	324.942	16,30	32.182	7,08
De 61 a 90 dias	190.422	11,72	48.362	7,47	221.868	11,13	92.034	20,24
De 91 a 180 dias	273.703	16,84	153.710	23,74	343.889	17,25	182.433	40,12
De 181 a 365 dias	123.748	7,61	348.672	53,84	141.610	7,10	92.166	20,27
Acima de 365 dias	41.641	2,56	-	-	58.772	2,95	-	-
	1.625.158	100,00	647.585	100,00	1.993.505	100,00	454.701	100,00

(c) Por característica de cliente:

	06/2021	12/2020
Pessoa jurídica	52.022	30.872
Pessoa física	2.220.721	2.417.334
	2.272.743	2.448.206

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Receitas de operações de crédito

	06/2021	06/2020
	<hr/>	<hr/>
Crédito pessoal	325.175	399.893
Direitos creditórios descontados	1.744	779
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (Nota 9)	24.055	82.483
	<hr/>	<hr/>
	350.974	483.155
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

9. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi movimentada pelos seguintes eventos, nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020:

	06/2021	06/2020
	<hr/>	<hr/>
Saldo inicial	372.074	519.166
Complemento	316.823	398.553
Baixas contra a provisão	(138.986)	(396.471)
	<hr/>	<hr/>
Saldo final	549.911	521.248
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da carteira por nível de risco:

				06/2021		12/2020	
Nível	A vencer	Vencidos	Total	Percentual de provisão	Provisão contabilizada	Total	Provisão contabilizada
A	1.434.950	36.710	1.471.660	0,50	7.358	1.745.833	8.729
B	27.637	27.686	55.323	1,00	553	65.583	656
C	37.162	32.918	70.080	3,00	2.102	87.048	2.611
D	54.705	49.407	104.112	10,00	10.411	166.403	16.640
E	20.747	62.765	83.512	30,00	25.054	92.147	27.644
F	12.092	56.322	68.414	50,00	34.207	86.620	43.310
G	9.633	47.803	57.436	70,00	40.205	77.766	54.435
H	28.227	333.979	362.206	100,00	362.206	126.806	126.806
	<u>1.625.153</u>	<u>647.590</u>	<u>2.272.743</u>		<u>482.096</u>	<u>2.448.206</u>	<u>280.831</u>
Provisão adicional (*)					67.815		91.243
					<u>549.911</u>		<u>372.074</u>

(*) refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 de 21/12/1999 do CMN, com base no julgamento e experiência da Administração.

A Financiadora efetuou a baixa de operações de crédito contra prejuízo após 180 dias da classificação no nível "H".

No semestre findo em 30 de junho de 2021, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão no montante de R\$ 24.055 (06/2020 - R\$ 82.483).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O indicador Over 90 dos clientes da carteira do cartão bandeirado aumentou 4,7 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se, principalmente, às ações de mitigação aos impactos da pandemia (COVID 19) realizadas no ano anterior. Em 30 de junho de 2021 o indicador foi de 21,4% (06/2020 - 16,6%).

10. Outros instrumentos financeiros

	06/2021	12/2020
Valores a receber da Controladora (Nota 20)	89.288	60.012
Imposto de renda e contribuição social a compensar	98.494	100.068
Devedores diversos – País	68.775	56.690
Devedores por depósito em garantia	4.314	3.176
Outros	4.827	29.819
	265.698	249.765
Circulante	190.259	178.155
Não Circulante	75.439	71.610

11. Créditos tributários

A Financiadora adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 20% para contribuição social. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002 do BACEN e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade.

Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Natureza e origem dos créditos tributários

	06/2021			12/2020		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Prejuízo fiscal e base negativa	12.542	10.034	22.576	-	-	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 9)	49.675	39.741	89.416	58.550	35.131	93.681
Provisão para PIS e COFINS (Nota14)	111.171	66.703	177.874	110.489	66.293	176.782
Outras	4.793	3.299	8.092	3.768	2.262	6.030
	<u>178.181</u>	<u>119.777</u>	<u>297.958</u>	<u>172.807</u>	<u>103.686</u>	<u>276.493</u>

Com base no atual nível de capitalização e operações da Financiadora e considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações; o atual cenário econômico; e as expectativas futuras de taxas de juros, a administração acredita que os créditos tributários registrados em 30 de junho de 2021 tenham a sua realização futura da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Expectativa de realização

	Realização						Total
	2021	2022	2023	2024	2025	2026 a 2030	
Créditos tributários de imposto de renda							
Prejuízo fiscal	12.542	-	-	-	-	-	12.542
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	49.675	-	-	-	-	-	49.675
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 14)	-	-	-	-	-	111.171	111.171
Outras	2.111	-	-	-	-	2.682	4.793
	<u>64.328</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>113.853</u>	<u>178.181</u>
Valor presente	<u>61.022</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>67.161</u>	<u>128.183</u>
Créditos tributários de contribuição social							
Base negativa	10.034	-	-	-	-	-	10.034
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	39.741	-	-	-	-	-	39.741
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 14)	-	-	-	-	-	66.703	66.703
Outras	1.688	-	-	-	-	1.611	3.299
	<u>51.463</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>68.314</u>	<u>119.777</u>
Valor presente	<u>48.817</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>40.297</u>	<u>89.114</u>

Para fins de determinação do valor presente, da realização futura, estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de 5,42% ao ano, referente ao custo médio de captação da Financiadora.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Movimentação dos créditos tributários no período

No semestre findo em 30 de junho, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação, segregadas pelas bases para constituição:

	Saldo inicial	Adições	Realizações	Saldo final
Imposto de renda				
Prejuízo fiscal	-	12.542	-	12.542
Provisão para perda associada a risco de crédito (Nota 9)	58.550	44.864	(53.739)	49.675
Provisão para PIS e COFINS (Nota 14)	110.489	682	-	111.171
Outras	3.768	1.570	(545)	4.793
	172.807	59.658	(54.284)	178.181
Contribuição social				
Base negativa	-	10.034	-	10.034
Provisão para perda associada a risco de crédito (Nota 9)	35.131	54.171	(49.561)	39.741
Provisão para PIS e COFINS (Nota 14)	66.293	410	-	66.703
Outras	2.262	1.241	(204)	3.299
	103.686	65.856	(49.765)	119.777
06/2021	276.493	125.514	(104.049)	297.958
12/2020	239.926	96.142	(59.575)	276.493

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, todos os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social haviam sido reconhecidos pela Financiadora.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Despesa com imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	06/2021	06/2020	06/2021	06/2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(22.918)	13.536	(22.918)	13.536
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - 25% e 15% (Nota 3 (h)) - %	25	25	15	15
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	5.729	(3.384)	3.438	(2.030)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Adições permanentes	3	(377)	2	10
Imposto de renda e contribuição social no resultado do semestre	5.732	(3.761)	3.440	(2.020)

12. Imobilizados em uso

(a) Imobilizados

Representados por instalações, móveis e equipamentos de uso e em curso, no montante de R\$ 55.872 (12/2020 - R\$ 37.018).

(b) Intangível

Representado por *softwares* em andamento no montante de R\$ 36.827 (12/2020 - R\$ 46.364).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos – Instituições financeiras e outros clientes

(a) Diversificação por produto

	06/2021	12/2020
Depósitos a prazo	562.485	523.233
Recursos de Aceites Cambiais	326.543	470.266
Contas de pagamentos	18.565	17.074
	<u>907.593</u>	<u>1.010.573</u>

(b) Diversificação por prazo

	06/2021	12/2020
Sem prazo	18.565	17.074
Vencimento até 365 dias	418.072	214.930
Vencimento acima de 365 dias	470.956	778.569
	<u>907.593</u>	<u>1.010.573</u>

Recursos de aceites cambiais referem-se às letras de câmbio emitidas pela Financiadora, pactuadas junto a terceiros. O resultado de recursos de aceites cambiais em 30 de junho de 2021, foi de R\$ 8.727 (06/2020 - R\$ 15.611), 130,51% a.a. do CDI e com prazo médio de 1,38 anos (06/2020 – 136,85% a.a. do CDI e prazo médio de 1,3 anos).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações de captações no mercado

	06/2021	06/2020
Recursos de aceites cambiais	8.727	15.611
DPGE	9.651	2.378
Outros	3.126	1.130
Total	21.504	19.119

14. Provisões

As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Os critérios de reconhecimento e base de mensuração para determinação de contingências ativas e passivas levam em conta o estudo detalhado das ações judiciais e dos processos administrativos, e são baseados, também, na opinião profissional dos advogados patrocinadores dessas causas.

(a) Ativos contingentes - Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram reconhecidos ativos contingentes, tampouco existem processos classificados como prováveis de realização.

(b) Provisão para riscos fiscais (obrigação legal) - é decorrente de mandado de segurança impetrado, com o objetivo de questionar a constitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, levada a efeito com a promulgação da Lei nº 9.718/98. Requereu-se, ainda, a declaração de inconstitucionalidade do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, bem como a declaração do direito das impetrantes de compensarem os valores indevidamente recolhidos. Em 27 de outubro de 2006, a liminar foi deferida determinando a suspensão do recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e COFINS, nos termos do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Financiadora está efetuando o recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e da COFINS, de acordo com a liminar obtida e provisionando a diferença em relação à Lei nº 9.718/98.

Em 30 de junho de 2021, o montante destacado como provisão para riscos fiscais é de R\$ 444.685 (12/2020 - R\$ 441.957).

As provisões são demonstradas como segue:

	06/2021		
	PIS	COFINS	Total
Saldo inicial	61.779	380.178	441.957
Atualizações	381	2.347	2.728
Saldo final	62.160	382.525	444.685
			12/2020
	PIS	COFINS	Total
Saldo inicial	60.781	374.036	434.817
Atualizações	998	6.142	7.140
Saldo final	61.779	380.178	441.957

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Provisão e passivos contingentes – A Financiadora constitui provisão relativa a processos fiscais, trabalhistas e cíveis com base na avaliação de risco efetuada pela Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos. As principais ações cíveis são relacionadas a relações de consumo. A provisão registrada nas demonstrações financeiras, no valor de R\$ 10.732 (12/2020 – R\$ 9.514), é considerada adequada pela Administração para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho dos processos em andamento. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos montam R\$ 14.282 (12/2020 – R\$ 12.144).

15. Outros passivos

	06/2021	12/2020
	<hr/>	<hr/>
Imposto de renda	-	19.907
Contribuição social	-	11.707
Pis e Cofins a recolher	3.670	4.446
Valores a pagar às sociedades ligadas (Nota 20)	294.094	451.934
Pagamentos a efetuar a estabelecimentos credenciados (cartão de crédito) (*)	715.714	902.237
Outras	88.901	59.841
	<hr/>	<hr/>
	1.102.379	1.450.072
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

(*) Referem-se a débitos originários de aquisições de bens e serviços por usuários de cartão de crédito, pendentes de pagamentos aos estabelecimentos comerciais filiados.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2020, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 298.000.000 (298.000.000 em 2020) ações ordinárias no valor de um real cada.

Aos acionistas está assegurado dividendo mínimo, correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício a ser aprovado por deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2021, aprovou o lançamento do prejuízo do exercício de 2020 para conta de reserva estatutárias, da seguinte forma:

- Distribuição de dividendos: R\$ 40.000, debitada da reserva de retenção de lucros, pagamento realizado em 31 de março de 2021 (distribuição de dividendos em 2019 – R\$ 18.847, pagamento realizado em 29 de abril de 2020);
- Transferência de prejuízo para reserva estatutária: R\$ 9.004 (2019 – lucro para reserva estatutária R\$ 56.541).

Em 30 de junho de 2021, não foram apurados dividendos, conforme demonstrado abaixo:

	06/2021	12/2020
Prejuízo do semestre	(880)	(9.004)
Dividendos – 25% base	-	-

Reserva de lucros – Estatutária

Poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Financiadora, bem como para garantir futuras distribuições de dividendos.

Reserva de lucros – Legal

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receitas de prestação de serviços

	06/2021	06/2020
Rendas de serviços prioritários – PF	4.532	7.310
Cartão de crédito diferenciado	81.564	73.678
Receita de outros serviços	56.575	39.498
	<u>142.671</u>	<u>120.486</u>

18. Outras despesas administrativas

	06/2021	06/2020
Comunicação	4.159	3.822
Processamento de dados	25.881	25.931
Propaganda e publicidade	157	8
Serviços técnicos	4.048	2.486
Serviços de terceiros	10.774	11.134
Serviços do sistema financeiro	9.454	13.053
Despesas compartilhadas (Nota 20 (a))	(10.230)	39.440
Despesas com transporte	4.062	5.524
Outras	17.815	13.823
	<u>66.120</u>	<u>115.221</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Outras receitas / despesas operacionais

	06/2021	06/2020
Outras receitas operacionais	40.946	43.438
Receitas de intermediação (cartão de crédito)	38.860	37.663
Outras	2.086	5.775
Outras despesas operacionais	(111.788)	(57.895)
Descontos concedidos	(88.678)	(36.484)
Juros outros	(6)	(12)
Despesas com cartão de crédito	(11.312)	(9.814)
Correspondente bancário	(2.947)	(2.591)
Manutenção de dados	(4.278)	(3.129)
Outras	(4.567)	(5.865)
	(70.842)	(14.457)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Partes relacionadas

(a) Transações e saldos

Os saldos referentes às transações com partes relacionadas, inclusive os respectivos efeitos em contas de resultado, efetuadas em condições normais de mercado, no que refere-se a prazos de vencimento e taxas de remuneração pactuadas, são os seguintes:

	Ativo (Passivo)		Receitas (Despesas)	
	06/2021	12/2020	06/2021	12/2020
<u>Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas (Controladora)</u>				
Valores a receber (i)	89.288	60.012	-	-
Contas a pagar (ii)	(291.171)	(407.874)	-	-
Contas a pagar (iii)	(2.923)	(44.060)	8.553	(154.707)
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos (iv)	-	(77.570)	-	-

(i) Referem-se, substancialmente, aos pagamentos de clientes financiados, efetuados na Controladora, que são repassados para a Financiadora no prazo médio de cinco dias.

(ii) Referem-se aos valores a repassar à Controladora, em um prazo médio de cinco dias a vinte e oito dias, relativos a financiamentos de clientes.

(iii) A Controladora e a Financiadora, em outubro de 2016, firmaram parceria na qual consiste em oferecer aos clientes, dentre outros, os seguintes produtos; cartão de crédito de circulação ampla (bandeirado) ou restrita (*private label*), operações de crédito pessoal, operações de crédito ao consumidor, distribuição de quaisquer outros produtos financeiros, previdenciários ou securitários, bem como quaisquer outros negócios, serviços ou produtos permitidos pela regulamentação do CMN, BACEN e da SUSEP. Todas as receitas e despesas são divididas entre as duas empresas, no modelo de *profit sharing*, 50% para cada uma. Esta divisão é feita mensalmente através da apresentação dos resultados do mês e a

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

devida liquidação entre as duas empresas no mês subsequente. Em 30 de junho de 2021, o resultado da parceria está distribuído em receitas de *profit sharing* de R\$ 23.647 (12/2020 - despesas – R\$ 124.119), reembolsos de despesas administrativas de R\$ 11.704 (12/2020 – R\$ 20.259) e remuneração por serviços de empregados da Controladora de R\$ 3.486 (12/2020 – 10.329).

(iv) Referem-se a recursos de aceites cambiais, letras de câmbio emitidas pela Financiadora e saldo em conta de pagamentos, pactuadas junto a Controladora.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração paga aos administradores no semestre findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 1.997 (12/2020 R\$ 3.241), incluindo salários e encargos.

A Financiadora não concede outros benefícios aos administradores e aos empregados, tais como: assistência médica pós-emprego, plano de pensão na condição de benefício definido ou contribuição definida ou, ainda, remuneração baseada em ações.

21. Limites operacionais (acordo da Basiléia)

A Financiadora está enquadrada nos limites de risco estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. O índice da Basiléia para 30 de junho de 2021 é de 17,30% (12/2020 – 18,19%).

22. Resultados não recorrentes

Para fins do disposto na Resolução BCB nº 2/2020 considera-se resultado não recorrente, o resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os principais resultados não recorrentes estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Ativo fiscal diferido		
Efeito de majoração da alíquota no crédito tributário da contribuição social	12.866	-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Outras Informações

COVID-19

A Financiadora monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturadas ações de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

A Financiadora mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

A Financiadora se resguarda o direito de revisar suas ações e projeções, fruto de alterações futuras que possam advir do tema em tela.

Sérgio Antonio Borriello

Diretor Presidente

Walter Hirata Ouchi

Diretor Vice Presidente

Marcello Miranda

Diretor Vice Presidente

Edson Kazuyoshi Koga

Diretor Vice Presidente

Marcos Antonio de Mello

Diretor

Wellington Robson Balera

Contador

CRC 1SP262530/O-7

* * *